



Anais da Assembléia

Nº 200

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE JANEIRO DE 1993

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toé Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Varmann - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritt; **PRN - 04:** Luiz Carlos Liborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bulon - José da Silva Reis - Volmir Miró Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 11.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 11 DE JANEIRO DE 1993
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Puddell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Alves de Moura, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rossoni, Severino Félix Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Costenaro Neto, Geraldo Cartário, Ovídio Constantino e Renato Adur (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem n° 155/92

Senhor Presidente.

Tenho a satisfação de comunicar a essa Egrégia Assembléia Legislativa que os valores aprovados pela Lei n° 10.195 de 15/12/92 serão corrigidos em 320% conforme determina seu artigo 7°.

Estamos encaminhando em anexo um exemplar da referida lei corrigida a preços de dezembro de 1992 e com as alterações previstas no Anexo VI, conforme estabelece seu artigo 12.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 11.01.93

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

Ofício n° 011/93/DA/CEA/SC

Curitiba, 07 de janeiro de 1993.

Senhor Governador:

Tenho a honra de acusar o recebimento da Mensagem, de Vossa Excelência, sob o n° 155/92, datado de 28 de dezembro de 1992, cujo plano de Lei foi devidamente encaminhado nesta Casa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

Excelentíssimo Senhor

Roberto Requião

Digníssimo Governador do Estado

NESTA CAPITAL

Ofícios:

OFÍCIO

383/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 722.000.000,00 ao vigente orçamento da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.201. Ao Conhecimento da Casa.

409/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 11.000.000.000,00 à AGE/SEFA, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.202. Ao Conhecimento da Casa.

405/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00 à AGE/SEPL, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.203. Ao Conhecimento da Casa.

406/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 51.632.000,00 à Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.204. Ao Conhecimento da Casa.

378/92: Do Poder Executivo, que aprova

crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.706.000,00 ao vigente orçamento da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.205. **Ao Conhecimento da Casa.**

426/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.000.000.000,00 à Administração Geral do Estado, recursos sob supervisão da SEPL, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.206. **Ao Conhecimento da Casa.**

402/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 35.000.000.000,00 à FUNDEPAR, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.207. **Ao Conhecimento da Casa.**

416/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 130.000.000,00 à Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.208. **Ao Conhecimento da Casa.**

400/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 41.035.000,00 à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.209. **Ao Conhecimento da Casa.**

394/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 607.000.000,00 à Fundação de Ação Social do Paraná-FASPAR, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.210. **Ao Conhecimento da Casa.**

401/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 12.000.000.000,00 ao TECPAR, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.211. **Ao Conhecimento da Casa.**

376/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 80.078.000,00 ao vigente orçamento da SEAD, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.212. **Ao Conhecimento da Casa.**

417/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.785.987.000,00 à Secretaria de Estado da Educação, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.213. **Ao Conhecimento da Casa.**

425/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.000.000.000,00 à Fundação Universidade Estadual de Maringá, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n°

10.214. **Ao Conhecimento da Casa.**

392/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.399.509.000,00 à Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental-SUCEAM, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.215. **Ao Conhecimento da Casa.**

385/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 500.000.000,00, à Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.218. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° DLT/SAT/400/92, do Senhor Governador do Estado, em exercício, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei n° 592/91, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os n°s DLT/SAT/401, 402, 413 e 414/92, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei n°s 223/92, 317/92, 290/92 e 63/92, por julgá-los contrários ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os n°s DLT/SAT/403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 415, 416, 417, 418, 419 e 420/92, do Senhor Governador do Estado, em exercício, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n°s:

347/92: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Cambé, com sede e foro na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.220. **Anote-se - Arquite-se.**

328/92: De autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação Criança Esperança de Carlópolis, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.221. **Anote-se - Arquite-se.**

415/91: Do Poder Executivo, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Deputado Ernesto Dall'Oglio, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.222. **Anote-se - Arquite-se.**

314/92: De autoria do Deputado Moivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede no Município de Ceu Azul, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.223. **Anote-se - Arquite-se.**

140/92: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade - ATI, com sede e foro no Município de União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.224. **Anote-se - Arquivo-se.**

320/92: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a União das Associações de Moradores de Ponta Grossa - UAMPG, com sede e foro no Município de Ponta Grossa - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.225. **Anote-se - Arquivo-se.**

330/92: De autoria do Deputado Nelson Justus, que institui o Dia Estadual do Protético Dentário, a ser comemorado no dia 05 de novembro de cada ano, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.226. **Anote-se - Arquivo-se.**

329/92: De autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, que declara de Utilidade Pública o Nosso Canto - Centro de Adaptação Neurológica Total, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.227. **Anote-se - Arquivo-se.**

339/92: De autoria do Deputado Carlos Simões, que altera o Art. 1° da Lei n° 10.104, de 09.10.92, que dispõe sobre a declaração de Utilidade Pública da Associação Erceano Campolarquense, com sede e foro no Município de Campo Largo, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.228. **Anote-se - Arquivo-se.**

326/92: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Defesa e Assistência a Pessoas em Tratamento Especiais-ADAPTE, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.229. **Anote-se - Arquivo-se.**

025/91: De autoria do Deputado João Arruda, que altera conforme especifica, o Memorial Descritivo constante do art. 2°, da Lei n° 9.236, de 30 de abril de 1990, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.230. **Anote-se - Arquivo-se.**

281/92: De autoria da Deputada Lygia Puppato, que dispõe sobre autorização para implantação de hortas nas escolas estaduais, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.231. **Anote-se - Arquivo-se.**

322/92: De autoria do Deputado Antonio Anibelli, que dá nova redação ao Art. 1°, da Lei n° 9.320, de 11.07.90, que dispõe sobre a criação do Município de Santa Ma-

ria do Oeste, desmembrado do Município de Pitanga, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.232. **Anote-se - Arquivo-se.**

430/92: Do Poder Executivo, que instituiu a Taxa Ambiental e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.223. **Anote-se - Arquivo-se.**

436/92: Do Poder Executivo, que fixa, conforme especifica os níveis de vencimentos dos professores regionalistas e sem habilitação, integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.234. **Anote-se - Arquivo-se.**

354/92: Do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei n° 8.925, de 28 de dezembro de 1988, que dispõe sobre o IPVA, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.235. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o n° DTL/SAT/001/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei n° 246/92, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/SAT/001/93, do Senhor Governador do Estado encaminhando Anteprojeto de Lei que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como, os salários do pessoal regido pela CLT, a partir de 1° de janeiro de 1993, conforme tabelas que constituem os Anexos I e II. Ao Conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Sessão, de voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Sr. Silvio Faccin, ocorrido em 02 de janeiro passado, no Município de Presidente Castelo Branco.

O extinto era agricultor e foi um dos pioneiros da região, tendo colaborado no desbravamento da região noroeste do Estado do Paraná.

Era casado com a Srs. Idalina Colombo, tendo deixado sete filhos, entre os quais, o Vereador Carlos Alberto Faccin, atualmente na terceira legislatura por aquele Município, sendo, também, tio de Alvarino Faccin, ex-prefeito daquele município, na

legislatura de 88/92.

Era muito estimado por toda população do Município, em razão de sua vida atuante e sempre preocupado com os problemas que atingiam sua região.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência à viúva, Sra. Idalina Colombo Faccin, bem como aos demais membros da família enlutada através de correspondência à Câmara Municipal de Presidente Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 11.01.93.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 2155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa do pronunciamento realizado pelo Desembargador Jorge Andriguetto em sessão do Tribunal de Justiça do Paraná referente a defesa da integridade territorial do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.01.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio do artigo intitulado "Aves de mau agouro" publicado pela imprensa, o eloqüente desembargador de nosso Tribunal de Justiça do Paraná, Dr. Jorge Andriguetto, tece em sessão solene e, com o referendo de todos os desembargadores daquela Instituição, críticas ao movimento divisionista dos Territórios do Paraná e Santa Catarina.

A importância de enaltecermos esta iniciativa é que em decorrência da ordem constitucional ora vigente repousar numa Federação de estados ela em seu todo forma a União Federal. E, qualquer mudança de situação de um estado tem que ser precedida de ampla discussão de todo o Estado envolvido.

Importante ressaltar palavras do Sr. Desembargador onde coloca que "a ninguém é lícito ficar na comodidade da indiferença", temos que arregaçar nossas mangas e lutar para defender aquele legado recebido pelo suor de nossos antepassados que é de um Estado uno e indivisível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

427/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 148/92, autoriza o Poder Executivo, a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológico do Paraná - CEFET, um imóvel nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral de Plenário.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 427/92

PARECER:

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, um imóvel nesta capital.

Chamada a opinar esta Comissão Geral entende que não há nada que possa obstar a normal tramitação da referida proposição.

Assim sendo, somos pela apreciação do projeto de lei pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.01.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 427/92

EMENDA SUBSTITUTIVA

GERAL DE PLENÁRIO N° 01

O projeto de Lei n° 427/92 passa a vigorar na seguinte redação.

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, na forma do art. 10 da Constituição do Estado, ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, CEFET, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o imóvel de propriedade da autarquia estadual FUNDEPAR, sito na rua Frederico Maurer, n° 3.015, no bairro Boqueirão, nesta Capital, objeto da transcrição n° 17.234, do livro 31, do Cartório de Registro de Imóveis da 4.^a Circunscrição da Comarca de Curitiba.

§ 1° - Findo o prazo definido no "caput" deste artigo, retornará à FUNDEPAR a posse do imóvel para uso pelo Instituto Politécnico Estadual, IPE.

§ 2° - A sessão de que trata este artigo ficará condicionada a:

I - Plebiscito a ser realizado entre a comunidade escolar, considerando-se como critérios para a votação os mesmos adotados para as eleições de diretores de escolas públicas;

II - Manutenção do pessoal técnico e professores do núcleo profissionalizante;

III - Garantia de vagas para todos os alunos atualmente matriculados no IPE, inclusive no primeiro grau;

IV - Utilização do referido imóvel em-

clusivamente para atividades ligadas ao ensino e cumprimento integral às condições elencadas no texto do Ofício ATG n° 0578/92, de 30 de novembro de 1992, às fls. 74/76 do Protocolado SIP sob o n° 1.356.736-0, de 16 de outubro de 1992.

Art. 2° - O imóvel de que trata esta Lei é inalienável e reverterá ao patrimônio do Estado caso não sejam cumpridas as condições resolutivas estabelecidas.

Art. 3° - Findo o prazo estabelecido para cessão de uso ao CEFET, todas as benfeitorias nele realizadas serão repassadas ao Instituto Politécnico Estadual IPE, sem qualquer ônus.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.01.93.

(a) ALGACI TÚLIO

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 002/93, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, conforme especifica e adota outras providências. SEM PARECERES.

PROJETO DE LEI N° 002/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como, os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, vigentes em dezembro de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - A partir de 1° de janeiro de 1993, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta Lei;

II - A partir de 1° de fevereiro de 1993, na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta Lei.

Art. 2° - Os valores atribuídos aos cargos em comissão, funções gratificadas, gratificações de produtividade e gratificações de representação de Gabinete e o salário família serão os mesmo fixados para os servidores do Poder Executivo, através de ato autorizatório assinado pelo Chefe do referido Poder.

Art. 3° - O valor da pensão especial fica reajustado nos mesmos percentuais atribuídos pela presente Lei, de forma a preservar a proporção estabelecida pelo art. 260, da Lei n° 6.174/70.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos incisos I e II, do artigo 1° revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.01.93.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A N E X O I

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, a vigor a partir de 1° de janeiro de 1993.

T A B E L A I

NIVEL	VALOR
1	2.845.030,56
2	2.674.315,88
3	2.503.627,04
4	2.332.910,73
5	2.162.241,31
6	2.089.821,80
7	1.944.729,39
8	1.414.331,63
9	1.281.716,48
10	1.149.160,54
11	1.016.503,60
12	883.930,56

TABELA II

CLASSE	VALOR
I	3.751.997,13
II	3.529.741,14
III	3.301.740,94

ANEXO I.
TABELA III
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NIVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 HORAS SEMANAIS	40 HORAS SEMANAIS
01	4.215.585,94	5.620.781,25
02	3.832.066,41	5.109.420,41
03	3.483.536,14	4.644.716,31
04	3.166.747,11	4.222.331,55
05	2.878.936,54	3.838.579,11
06	2.399.220,70	3.198.959,48
07	1.999.344,74	2.665.788,58
08	1.666.173,35	2.221.567,39
09	1.388.522,48	1.851.358,89
10	1.207.230,48	1.609.642,10
11	1.049.818,36	1.399.754,89
12	912.854,38	1.217.135,75
13	793.797,36	1.058.396,49
14	661.596,69	882.127,44
15	625.776,86	834.372,08

TABELA IV
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.
TRIBUNAL DE ALÇADA

NIVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 HORAS SEMANAIS	40 HORAS SEMANAIS
01	3.163.869,13	4.218.495,10
02	3.013.149,87	4.017.533,20
03	2.869.743,15	3.826.322,72
04	2.733.064,45	3.644.085,93
05	2.602.907,21	3.470.545,88
06	2.502.171,35	3.336.227,02
07	2.404.023,90	3.205.362,28
08	2.240.547,33	2.987.397,91
09	2.133.808,58	2.845.076,63
10	1.939.816,40	2.586.423,31
11	1.763.459,45	2.351.280,72
12	1.603.177,72	2.137.574,68
13	1.457.397,91	1.943.200,18
14	1.324.955,53	1.766.610,33
15	1.171.133,77	1.561.513,15
16	1.071.993,15	1.429.325,65

ANEXO II

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos dos servidores, ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis de Trabalho, a vigor a partir de 1º de fevereiro de 1993.

TABELA I

NIVEL	VALOR
1	3.385.586,37
2	3.182.435,90
3	2.979.316,18
4	2.776.163,77
5	2.573.067,16
6	2.486.887,94
7	2.314.227,97
8	1.683.054,64
9	1.525.242,61
10	1.367.501,04
11	1.209.639,28
12	1.051.877,37

TABELA II

CLASSE	VALOR
I	4.464.876,58
II	4.200.391,96
III	3.929.071,72

SERVIDORES PERMANENTES
Tribunais de Justiça

NIVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 HORAS SEMANAIS	40 HORAS SEMANAIS
01	5.016.547,27	6.688.729,69
02	4.560.159,00	6.080.210,29
03	4.145.408,01	5.527.212,41
04	3.768.420,00	5.024.574,54
05	3.425.934,48	4.567.909,14
06	2.855.000,00	3.806.761,78
07	2.379.000,00	3.172.288,41
08	1.981.000,00	2.643.665,19
09	1.650.000,00	2.203.117,08
10	1.435.000,00	1.915.474,10
11	1.249.283,35	1.665.708,12
12	1.086.296,71	1.448.391,54
13	944.618,35	1.259.491,82
14	787.300,06	1.049.731,65
15	744.674,46	992.902,78

TABELA IV
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.
TRIBUNAL DE ALÇADA

NIVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 HORAS SEMANAIS	40 HORAS SEMANAIS
01	3.765.004,26	5.020.009,16
02	3.585.648,34	4.780.864,50
03	3.414.994,34	4.553.324,03
04	3.252.346,69	4.336.462,25
05	3.097.459,57	4.129.949,59
06	2.977.583,90	3.970.110,18
07	2.860.788,44	3.814.381,11
08	2.666.251,32	3.555.003,51
09	2.539.232,21	3.385.641,18
10	2.308.381,51	3.077.843,73
11	2.098.516,74	2.798.024,05
12	1.907.781,48	2.543.713,86
13	1.734.303,51	2.312.408,21
14	1.576.697,08	2.102.266,29
15	1.393.649,18	1.858.200,64
16	1.275.671,84	1.700.897,52

Curitiba, 06 de janeiro de 1993.
001/93/GP/DEP.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter a essa augusta Casa, o incluso Anteprojeto de Lei que tem por objetivo funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como, os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, a partir de 1º de janeiro de 1993, conforme tabelas que constituem os Anexos I e II.

Esperando que o referido Anteprojeto receba o competente exame e posterior aprovação, colho o ensejo para apresentar-lhe meus protestos de consideração distinguida.

(a) LUIZ RENATO PEDROSO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta às Lideranças que para apreciação desse Projeto a convocação de uma Sessão Extraordinária.

Sobre a Mesa, requerimento de nº 2156, de autoria do Sr. Deputado Basilio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2155, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEN DO DIA

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/93.

Levanta-se a sessão

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 11 DE JANEIRO DE 1993.

"Aves do mau agouro"

Em defesa da integridade do Estado do Paraná, se posicionando firmemente contra o projeto que propõe um plebiscito sobre a criação do Estado do Iguaçu, o desembargador Jorge Andriguetto fez um pronunciamento em sessão do Tribunal de Justiça do Paraná. O Desembargador repele energicamente o movimento divisionista do Paraná. O pronunciamento, reproduzido abaixo, foi registrado no livro de atas da história do Tribunal de Justiça, com o apoio de todos os desembargadores, que também delegaram ao desembargador Andriguetto o direito de divulgar essa postura como expressão da vontade do Tribunal de Justiça. Segue abaixo o pronunciamento, na íntegra:

"Senhor Presidente, Senhores Desembargadores:

Vossa Excelência, Senhor Presidente, tem declarado, por reiteradas vezes, que nesta Casa, são registrados os momentos felizes, desditosos, venturosos e preocupantes de todos os membros da Magistratura do Paraná.

Realizamos hoje a última sessão do ano do Orgão Especial. Só Deus sabe se todos nos voltaremos no ano vindouro.

Por isso, apresso-me em requerer a Vossa Excelência se digne mandar registrar em ata este meu pronunciamento.

Disse o historiador Milton Miró Vernalha que, o Tribunal de Justiça reflete a história do Paraná.

Instalado graças ao gênio criativo de Generoso Marques, seus primeiros membros abraçaram a causa federalista em 1893, valendo o ato de rebeldia a Floriano a dissolução da Corte, seguindo-se, nos Dias Fraticidas, de Bernardino Bormann, o martírio de seu secretário Antonio Balbino, no KM 65 da Serra do Mar e a execução do funcionário Francisco Braga, atrás do Cemitério da Água Verde.

A Revolução de 1964 - não vindo pelo seus méritos e seus deméritos - também desandou em perseguição a muitos de nós.

A reminiscência vem confirmar que os juizes do Paraná, nos momentos cruciais da história de nossa terra, nunca ficaram indiferentes, não se lhe aplicando a terrível sentença de Dante de que, as caldeiras mais ardentes do inferno estão reservadas àqueles que, nas crises morais da pátria não se definem, ou como se diz hoje, na linguagem popular: "Ficam em cima do muro".

A lição vem a propósito, quando rondam os nossos céus nuvens ameaçadoras de mutilação do Paraná.

Essas ameaças são anunciadas em trombetas desafinadas de "aves de mau agouro", como já dizia Laertes de Macedo Munhoz, na Constituinte Estadual de 1947, nos momentos em que vozes que desserviam à causa paranista, ousavam ressuscitar idéias sepultadas sobre o Território do Iguaçu.

Não há de ver que os que ignoram o passado de glórias da gente paranaense, pretendem, agora, por interesses imediatistas, o egoísmo a qualquer preço, manipular a opinião pública, acenando para a população daquele rincão, com promessas enganosas, deturpando a realidade da situação, com o objetivo inconfessável de criar o Estado do Iguaçu.

Para tanto, perseguem em plebiscito setorizado, ignorando os superiores interesses do Paraná, na defesa de sua unidade, de sua cultura, de sua identidade histórica.

Assim, encontramos-nos numa encruzilhada moral, que não admite indiferença.

A ninguém é lícito ficar na comodidade da indiferença.

A Assembléia Legislativa do Estado, o Governador do Estado, a Bancada dos Deputados Federais do Paraná - à excessão, é claro, do autor do malsinado projeto da consulta plebiscitária - está atenta, uti-

lizando-se, inclusive, dos recursos legislativos próprios para obstruir e anular a insidiosa iniciativa.

A época da criação do território Federal do Iguaçu, lembro-me que eu ouvia comentários de professores e das pessoas adultas justificando a providência. A região era desabitada, coberta de matas virgens (que pena que não permanecesse nesse estado, de natureza até os nossos dias). A segunda guerra mundial desenvolveu-se a todo vapor. Murmurava-se sobre a simpatia da Argentina pela causa hitlerista. Pairava uma ameaça. O Estado do Paraná desdobrava-se em esforços para integrar as novas fronteiras do Norte Novo. A estrada do Cerne era construída com extremo sacrifícios, dada a falta de recursos. Além disso, a criação do território, era provisória. Com a redemocratização e convocação da Assembléia Constituinte de 1.945, o denodo, a paixão paranista do inolvidável Bento Munhoz da Rocha Netto, capitaneando toda a bancada paranaense, conseguiu recuperar aquela riquíssima faixa de terra para o Paraná.

E a região desenvolveu-se, apesar de tantos óbices e sacrifícios.

Despiciendo enumerar-se todas as obras públicas e os benefícios implantados naquele pedaço do Paraná. Recentemente, o Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, em exposição clara demonstrou que para cada um cruzeiro ali arrecadado, o Governo investe um cruzeiro e sessenta centavos. O mesmo pode se dizer com respeito ao Estado de Santa Catarina.

Passados os anos, aproveitando-se da ingenuidade da população da área, líderes individualistas, empunham nova bandeira de separatismo.

O argumento central é a prosperidade da região e a reivindicação da autonomia para uma área impulsionada, na verdade, pelo trabalho e operacidade de uma legião de famílias que, vindas do Rio Grande do Sul, principalmente, fizeram o progresso daquelas plagas. Não se nega que, até se enaltece o trabalho dos irmãos brasileiros vindos dos pampas queridos.

O que pretendem esse baluartes separatistas é transformar esse laborioso povo em uma legião de ingratos. Se todos os méritos lhe são reconhecidos, não se pode olvidar, por outro lado, que o Paraná, como faz o pinheiro, abriu-lhe os braços, generosamente, proporcionando-lhes todas as oportunidades.

Na sombra ainda dos pinheirais, agasalhou-os com a identidade paranistas, forjada na luta de brasilidade. Querem os arautos do separatismo cortar todas as origens paranistas. Os filhos e netos daqueles valorosos migrantes são hoje paranaenses queridos. Progrediram. Galgaram

posições na política, na indústria, no comércio, na agricultura, nas profissões liberais, honrando a terra de adoção.

Desta tribuna, senhores desembargadores, alongo meus olhos para toda aquela região e, ouvindo os anseios daquela brava gente faço-lhe um apelo "ab imo pectore":

- Não permitam, iguaçuenses vindo de todos os brasis que os seus filhos cometam tamanha ingratidão.

- Unamo-nos, na unidade paranaense, para a maior glória do Paraná de todos nós.

- Abriguemo-nos sobre a bandeira empunhada pelo vibrante jornalista Francisco Cunha Pereira, de tão assinalados serviços prestados à pátria, através da Gazeta do Povo para impedir a mutilação do Paraná.

(a) JORGE ANDRIGUETTO

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA ATA DA 24.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro de um mil, novecentos e noventa dois, na sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Eurides Moura apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 246/92, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão,

lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ELISA SOTOMAIOR MARUSKA - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Lourenço Fregonese apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 592/91, que objetiva criar os meios institucionais ao funcionamento e gestão do sistema previdenciário dos servidores públicos do Estado do Paraná, sendo feitas as seguintes alterações: no art. 73 - onde se reporta ao art. 68, refere-se ao art. 69, daí a necessidade de se dar redação correta; inclusão de parágrafo único no art. 74, por se tratar do artigo referente a despesa. E correção do art. 76, fazendo vigorar efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 1993. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que se produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ELISA SOTOMAIOR MARUSKA - Secretária